



(Re) Compreendendo o Narcotráfico nas Américas

Thiago Rodrigues (2017). *Política e Drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico*. 2^a ed. revisada e atualizada.

São Paulo: Desatino, 336 págs.

Os debates acerca da segurança pública levantam reflexões e questionamentos, tanto por parte da população em geral como por parte dos legisladores e agentes públicos. São debates sobre políticas públicas para resolver ou ao menos mitigar os conflitos violentos que, na maior parte dos casos, tem como centralidade o tráfico de drogas e seu combate.

Em relação ao cenário brasileiro vale citar a criação e efetivação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ou mais recentemente a intervenção federal no Rio de Janeiro. Com base em um discurso de Garantia de Lei e Ordem (GLO), essas ações tem

como pano de fundo o combate ao tráfico de drogas. Ao penetrar militarmente nas comunidades, vem suscitando intensos debates na esfera pública, a partir de diferentes perspectivas acerca da eficiência do *modus operandi* bem como sobre a legitimidade de tal feito.

Dedicada à compreensão da própria problemática do narcotráfico nas Américas assim como dos discursos e ações que se amparam na premissa de combate ao tráfico, a obra “Política e Drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico”, de Thiago Rodrigues, professor do Departamento de Estudos

Estratégicos e Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, vem à público em segunda edição revisada e atualizada.

Dentre os objetivos do livro está o de analisar no contexto do continente Americano as possíveis motivações e origens de um discurso proibicionista de “guerra às drogas” que permeia as políticas acerca do narcotráfico e seus efeitos no tocante ao controle social do Estado, assim como a própria dinâmica das redes de tráfico. Para tal feito, o autor busca ultrapassar oposições tais como nacional/internacional e ir além das teorias tradicionais da RI buscando, a partir do método Foucaultiano, afirmar a transterritorialidade do narcotráfico.

A obra está organizada em duas partes: a primeira denominada “Proibições”, contém dois capítulos; a segunda parte, “Tráfico”, também com dois capítulos.

Objetivando trazer à luz os marcos históricos que viriam a legitimar a guerra às drogas, Rodrigues dedica a primeira parte de seu livro a tal tema, tendo como marco inicial as políticas proibicionistas estadunidenses, as primeiras propostas de proibição do álcool como resultado da repercussão de panfleto “Ensaio

sobre os efeitos de destilados fortes no corpo e na mente humanos”, em 1785, assim como a difusão dos ideários puritanos a partir de meados do século XIX que resulta em movimentos com a mesma intenção, desde a Liga Anti-Saloon, que faz campanha sobre a utilização do álcool assim como acerca dos estabelecimentos que o comercializam, até a lei de 1906 sobre alimentos e drogas.

De forma concomitante o autor sinaliza sobre a importância das posições de Monroe, que se perpetuam no decorrer de outras presidências dos EUA como base para as justificativas de projeção de Washington no continente americano. O autor delinea profundamente os marcos que evidenciam os traços proibicionistas e sua expansão, passando também pela abordagem da Lei Seca, assim como assim como do crescimento da tendência de criminalização dos nos 1950.

Ainda na primeira parte, no capítulo dois, o autor dedica-se a abordar como esse discurso acerca da proibição ecoa na América Latina enfocando inicialmente sobre o papel do Estado no controle de drogas na Argentina, Brasil, Colômbia e México. Essa análise aborda o discurso sanita-

rista no qual situações como a do Estado mexicano, a partir da regulação epidemiológica e do avanço sanitarista na Argentina, focalizando o crescimento do proibicionismo e controle social no Brasil com o ferramental jurídico aproximando a Lei de Tóxicos de 1976 com a atual legislação brasileira antidrogas.

No decorrer da segunda parte, com o título “Tráficos”, no decorrer do capítulo III: “Cartografias do poder narcotraficante dos anos 1970 aos 1990: as organizações colombianas e o Comando Vermelho”, o autor percorre de forma muito bem delineada a crescente rede do Narcotráfico, introduzindo o México como primeiro latino-americano a adentrar no que o autor chama de “contemporânea economia das drogas” e como o crescente uso de drogas resultou em um fortalecimento do discurso proibicionista que passa a demandar maior efetividade pela repressão.

Posteriormente o autor descreve a dinâmica do narcotráfico colombiano, abordando os cartéis influentes como Medellín e Cali, assim como toda a economia envolvida no tráfico da cocaína. Em um segundo item Rodrigues aborda o Comando Vermelho, facção criminosa no

Rio de Janeiro, também com ênfase em sua construção e em como o progresso desse grupo em relação aos morros, dentre outros fatores, contribuiu para que se espacializasse como um novo mercado.

O quarto capítulo “Guerra às drogas, um novo rosto para a doutrina de segurança estadunidense” é dedicado a explicar a trajetória que o discurso de guerra às drogas pode alcançar e como serve de respaldo para a presença intervencionista dos EUA, seja por manter tropas diretamente, seja pelas pressões políticas e econômicas sobre os demais países. Nesse cenário, a Guerra Fria é marcada no continente americano pela Doutrina Truman no tocante à doutrina de segurança, além de abordar detalhadamente o episódio “Estados Unidos e Contras” com o possível financiamento de guerrilhas de direita da Nicarágua, obtido com dinheiro do narcotráfico; aborda também a atuação dos Estados Unidos em território Boliviano.

As considerações finais amarram toda a pesquisa abordada nos capítulos e seus itens muito bem definidos permitindo uma (re)compreensão sobre o tema das drogas e o narcotráfico no tocante às RIs.

Esse último momento da obra também fornece uma análise de como o discurso de combate às drogas e ao narcotráfico incrementa significativamente a população dos sistemas carcerários e estratifica ainda mais a sociedade, na medida em que instiga a opinião pública a também demandar das autoridades o encarceramento dos “anômalos” que, nesse caso, configuram os dependentes e os traficantes, os quais ocupam hoje papel central nessa lógica carcerária.

O autor evidencia ainda como esse discurso proibicionista e de guerra às drogas, além de desconsiderar as questões individuais, legitima esse encarceramento desenfreado. Rodrigues afirma que após a “ameaça comunista” no período de Guerra Fria é o combate ao narcotráfico atualmente em que a intervenção estadunidense nos países latino-americanos encontra respaldo, pois essa problemática é enxergada como “ameaça externa” ao povo estadunidense.

Visto que a ameaça aos regimes democráticos passa a ser crescente na América Latina e que a utilização de um discurso repressivo ganha cada vez mais apoio da população no continente, a leitura de “Política e Drogas nas

Américas: uma genealogia do narcotráfico” se faz de extrema importância para que a naturalidade desse discurso seja problematizada e que, a partir daí, possa-se então compreender as reais motivações por trás de uma crescente militarização dos espaços, nos quais a maior ameaça que a legitima é o narcotráfico. O cerceamento da liberdade também se faz presente e é sentido e observado em diferentes níveis da sociedade, atingindo grupos mais vulneráveis – pobres, negros, migrantes – o que pode ser comprovado pelo maciço encarceramento de afro-americanos e hispânicos nos Estados Unidos.

A compreensão de como a “teia” do discurso de guerra às drogas viola a liberdade e tem motivações claras, supranacionais e intervencionistas é imprescindível em todos os momentos, mas em especial naqueles em que intervenções autoritárias e abusivas de agentes e de forças de segurança do estado, cada vez mais presentes, são aplicadas sob discursos que escondem seus reais interesses.

Beatriz Gomes Cornachin